

nº 24 | JUNHO 2018

| ISSN 2526-2440 |

JORNALISMO

E CIDADANIA

Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade | PPGCOM/UFPE

OPINIÃO
Poder e
Resistência

COMUNICAÇÃO NA WEB
Enquadramento
e jornalismo

| E mais...

Expediente

Editor Geral | Heitor Rocha
professor PPGCOM/UFPE

Editor Executivo | Ivo Henrique Dantas
doutorando PPGCOM/UFPE

Editor Internacional | Marcos Costa Lima
Pós-Graduação em Ciência Política/UFPE

Revisão | Laís Ferreira
Mestre em Comunicação

Articulistas |

PROSA REAL

Alexandre Zarate Maciel
doutorando PPGCOM/UFPE

MÍDIA ALTERNATIVA

Xenya Bucchioni
doutoranda PPGCOM/UFPE

NO BALANÇO DA REDE

Ivo Henrique Dantas
doutorando PPGCOM/UFPE

JORNALISMO E POLÍTICA

Laís Ferreira
Mestre em comunicação

JORNALISMO AMBIENTAL

Robério Daniel da Silva Coutinho
mestre em Comunicação UFPE

PODER PLURAL

Rakel de Castro
doutoranda PPGCOM/UFPE e UBI

CIDADANIA EM REDE

Nataly Queiroz
doutoranda PPGCOM/UFPE

JORNALISMO INDEPENDENTE

Karolina Calado
doutoranda PPGCOM/UFPE

MÍDIA FORA DO ARMÁRIO

Rui Caeiro
mestre em Comunicação UFPE

MUDE O CANAL

Ticianne Perdigão
doutoranda PPGCOM/UFPE

COMUNICAÇÃO NA WEB

Ana Célia de Sá
Doutoranda em Comunicação UFPE

NA TELA DA TV

Mariana Banja
mestranda em Comunicação UFPE

Alunos Voluntários |

Lucyanna Maria de Souza Melo
Yago de Oliveira Mendes
José Tarisson Costa da Silva

Colaboradores |

Alfredo Vizeu
Professor PPGCOM - UFPE

Túlio Velho Barreto
Fundação Joaquim Nabuco

Gustavo Ferreira da Costa Lima
Pós-Graduação em Sociologia/UFPB

Luiz Lorenzo
Núcleo de Rádios e TV Universitárias/UFPE

Ada Cristina Machado Silveira
Professora da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM

Antonio Jucá Filho
Pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ

Auríbio Farias Conceição
Professor do Departamento de Letras e Humanidades - DLH/UEPB

Leonardo Souza Ramos
Professor do Departamento de Relações Internacionais da PUC - Minas Gerais e coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Potências Médias (GPPM)

Rubens Pinto Lyra
Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da UFPB

Índice

Editorial	3
Prosa Real	4
Comunicação na Web	6
Opinião Rômulo Almeida	8
Opinião Ana Polessa, Rafaella Rabello	10
Opinião Gregorio Vidal	12
Opinião Iran Ferreira	14
Opinião Rubens Pinto Lyra	16
Opinião Andressa Motter et al.	18
Opinião Marcos Costa Lima	20
Mídia Fora do Armário	22

Acesse:

Editorial

Por Heitor Rocha

Recentemente, o noticiário nacional estampou, numa postura de surpresa diante de algo completamente inesperado, que o desemprego atinge percentuais calamitosos e que 59,6% das famílias brasileiras estão endividadadas. Não parece a mesma mídia noticiosa que defendeu, numa postura monológica, sem dar nenhum espaço aos críticos, uma vez que tidas como “modernizantes” e inteiramente “lógicas”, as famigeradas reformas trabalhistas e da previdência e o congelamento de gastos por 20 anos. Diante de iniciativas de tão “evidentes” e “inquestionáveis” motivos, a mídia nacional não considerou necessário contextualizar as propostas e apresentar, além da propaganda apologética, argumentações críticas. Como agora não se sente na obrigação de contextualizar as estatísticas negativas do desemprego e do endividamento como consequências das medidas impostas pelas elites de precarização do trabalho e da renda dos assalariados.

Esta postura deve ser atribuída ao generalizado entendimento repetido pelos jornalistas, colunistas e repórteres da mídia tradicional como inerente à “lógica” de mercado neoliberal, que considera absurda e estapafúrdia toda e qualquer proposta de melhoria da vida, por mais óbvia que seja a sua relevância social, pelo simples fato de contrariar, por menores que sejam os percentuais, os lucros da acumulação capitalistas, dos donos do dinheiro, ou seja, de questionar o fetichismo da mercadoria, a absolutização do valor de troca e a colonização do valor de uso. Evidencia-se, nestes casos, o que John Dewey denomina de economia natural, pois fica subentendido que nas transações econômicas não se deve fazer juízo de valor ético/moral. E quando se questiona o significado de algum posicionamento, com a empáfia elitista de quem parece possuir um conhecimento estratégico restrito a poucos, os jornalistas repetem o famoso slogan para desonerar a discussão de qualquer imperativo ético/moral: “É a economia, estúpido”.

Assim, as deliberações de questões coletivas entre o interesse público e os interesses particulares da estrutura de poder parecem ser um dos poucos momentos em que a mídia invoca os mitos da imparcialidade e neutralidade, pressupondo cinicamente que cumpre a ideologia profissional de se manter distante dos posicionamentos em litígio, ao restringir as situações de conflito exclusivamente às disputas de mercado onde “hipoteticamente” os agentes econômicos, políticos e sociais se enfrentariam em condições “olimpicamente” igualitárias, sem nenhuma desigualdade estrutural em termos de recursos. Desta maneira, o posicionamento aberto, claro e transparente em favor do interesse popular, coletivo, ou da grande maioria da popu-

lação, diante da constante conspiração das elites para sequestrar os recursos públicos (o que chamam de Estado mínimo, e seus investimentos de estruturadores), é condenado como um juízo de valor, “ideologia”, ou seja, uma transgressão à avaloratividade científica da teoria positivista do espelho, uma ameaça ideológica ao “jornalismo objetivo” que representa sempre o factual, os interesses poderosos faticamente estabelecidos.

A conspiração parlamentar urdida pelo Congresso Nacional, com o apoio da grande mídia e do Poder Judiciário, parece uma repetição da estratégia desenvolvida pelos organismos do imperialismo dos Estados Unidos, de suas agências governamentais e poderosas corporações econômicas no golpe de 1964. No golpe de 2016, Boa Ventura de Souza Santos registra a existência de uma conspiração para manipular a opinião pública e as manifestações sociais “através de instituições e organizações da sociedade civil, bem articuladas com as redes sociais e financiadas pelos Estados Unidos, quer por meio das agências do Estado (Congresso, Departamento de Estado, CIA, Usaid), quer por meio das fundações criadas por grandes bilionários norte-americanos. Segundo Santos, esta teia de conspiração foi descrita por Lee Fang, do Intercept, em trabalho jornalístico investigativo publicado em 11 de agosto de 2017, mostrando “a extensão da Rede Atlas e suas ligações com o Movimento Brasil Livre (MBL)”.

É importante contextualizar a estratégia da conspiração do golpe de 2016 com a que foi desenvolvida no golpe de 1964, para impor um regime obediente às exigências do mercado, “por meio dos setores dirigentes do capital (hoje, o financeiro), e sobretudo aberto à pilhagem das riquezas naturais do país por parte das empresas norte-americanas, o mesmo objetivo de sempre”.

Vale registrar o livro 1964: a conquista do Estado, de René Dreifuss (1986), que reconstituiu a conspiração financiada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e empresas norte-americanas, para derrubar o projeto nacional-desenvolvimentista, com a criação de instituições como o IBAD, IPES, CAMDES, entre outras, através da difusão de fake news para confundir a opinião pública. ■

Heitor Costa Lima da Rocha, *Editor Geral da Revista Jornalismo e Cidadania*, é professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Prosa Real

Livro-reportagem, jornalismo e contexto

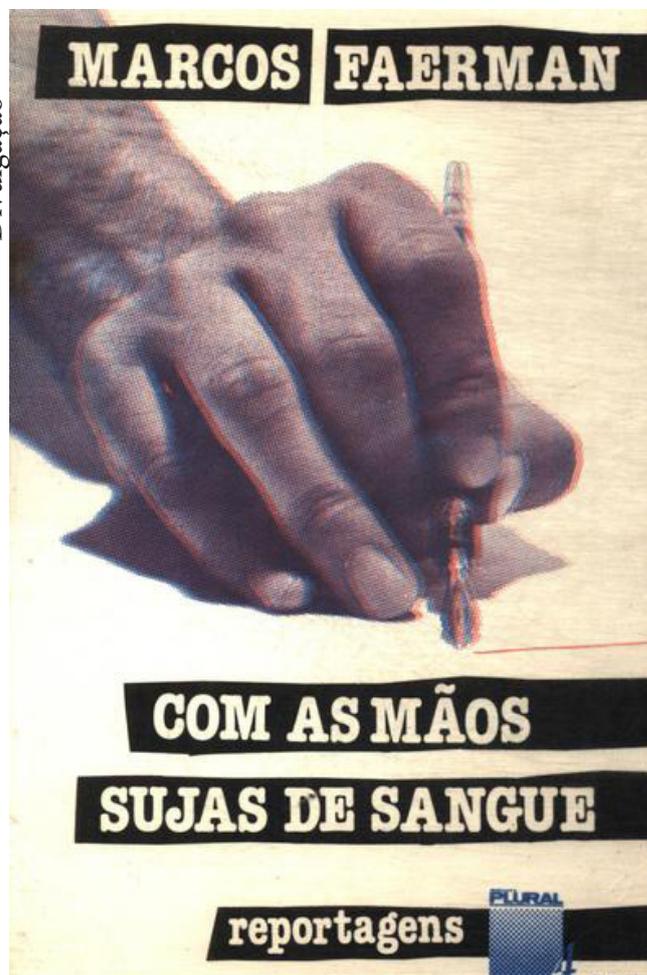
Por Alexandre Zarate Maciel

Coletâneas em livro ajudam a preservar a memória das reportagens clássicas

Muito se fala sobre o período áureo das grandes reportagens publicadas em revistas como *O Cruzeiro* e *Realidade*, respectivamente nos anos 1950 e 1960, ou no *Jornal da Tarde*, dos anos 1970, mas o acesso a esse rico material costuma ser complexo. Nesse sentido, os livros-coletânea ganham especial importância devido ao fato de muitos desses textos, resultado de uma apuração de fôlego e com narrativa primorosa, correrem o risco de perderem-se no tempo, nas páginas amareladas dos jornais e revistas do passado. Um dos registros mais antigos está no livro *Mergulho na aventura* (1945), hoje uma raridade, que traz as principais reportagens do repórter David Nasser e do fotógrafo Jean Manzon, todas publicadas pela revista *O Cruzeiro*. A dupla protagonizou episódios controversos, como o contato aéreo com os índios Xavantes e uma reportagem fictícia sobre a suposta morte de Manzon, além de disfarçarem-se de estrangeiros para tentar enganar Chico Xavier, então iniciante na sua vida de médium espírita. Outro livro-coletânea mais recente é *Violência e repressão* (1978), com trabalhos de Fernando Portela, Marcos Faerman e Percival de Souza, repórteres que atuaram no *Jornal da Tarde*. Posteriormente esse time e outros repórteres, em um quadro mais amplo, também foram lembrados na coletânea *A arte da reportagem* (1995), antologia de 150 anos do gênero organizada pelo jornalista Igor Fuser. Esta obra também traz trechos, por exemplo, da cobertura do escritor e repórter Euclides da Cunha sobre a campanha de Canudos, extraídos do original do jornal *Estado de S. Paulo* e “reportagens” do século XIX de nomes como Jack London e Charles Dickens. No campo do jornalismo policial,

o mítico repórter Pena Branca, ou Otávio Ribeiro, reuniu suas antológicas reportagens em *Barra pesada* (1977), que traz a entrevista exclusiva com o bandido Mineirinho, as origens do Esquadrão da Morte e o assalto ao trem pagador. Com um estilo todo próprio de gírias e neologismos, é ele mesmo quem explica sua trajetória no jornalismo policial, que começou nos anos 1960: “Enfrentei os eruditos dos crimes, mergulhei nas calamidades públicas e prefaciei outras comédias da vida” (RIBEIRO, 1977, p. 58). Por fim, uma oportunidade rara de conhecer 26 reportagens publicadas na mítica revista *Realidade*, que circulou de 1966 a 1976, é a coletânea *Realidade Re-vista*, organizada por José Hamilton Ribeiro e José Carlos Marão. Reunidas em livro, essas produções, marca determinante do jornalismo aprofundado produzido durante dé-

Divulgação



cadadas no Brasil, garantem mais status para a perenidade, além de se configurarem em importante fonte de pesquisa documental.

Autor do mês: Marcos Faerman

O gaúcho Marcos Faerman (1943-1999) foi um repórter e editor de olhar arguto que trabalhou no Jornal da Tarde, periódico para o qual escreveu mais de 800 reportagens durante 24 anos, além de ter militado na imprensa alternativa dos anos 1970 nos jornais Ex- e Versus. Faerman publicou alguns dos seus trabalhos em livros individuais, como *Com as mãos sujas de sangue* (1979). Nessa obra estão seus textos sobre os índios Guarani, em “Os últimos tupiniquins”, e “Madeira Mamoré”, a respeito da polêmica e fracassada ferrovia. Tratando de sua formação como jornalista e seu estilo, em longo texto para o livro *Repórteres* (1997), organizado por Audálio Dantas, com matérias de 10 jornalistas brasileiros, Faerman (1997, p. 162) classifica a reportagem como um “método de investigação da realidade”, com suas diferenças com relação à historiografia, sociologia ou antropologia, e que tem “como centro a arte de investigar os fatos e saber como escrevê-los”. Ele constata que a melhor ou pior qualidade de um texto depende da “formação cultural de quem escreve”. Criticando os manuais de redação, conclui: “Só ganha espaço, mesmo nas piores redações, quem tem o mínimo de inventividade e não escreve como se estivesse lidando com uma bula de remédios”.

Iluminando conceitos: Candice Vidal e Souza e o sentido mutável de “ser repórter”

A professora e pesquisadora Candice Vidal e Souza (2010, p. 49) aponta que a transição do jornalismo aproximado com a literatura para um território mais centrado nas normas utópicas da “imparcialidade” e da “objetividade”, se deu de forma turbulenta e irregular no Brasil dos anos 1950. Porém, a “construção social da profissão de jornalista” seguiu um rumo irreversível. Esse novo adestramento para uma feição mais “moderna (informativa mais que opinativa; jornalística mais que literária)” foi auxiliado pela expansão dos cursos universitários de formação, os manuais de redação e os critérios de seleção dos jornais. Desde então, ser conhecido pelos pares como jornalista passou a envolver, sobretudo, um critério essencial, apontado por Vidal e Souza (2010, p. 28): “A categoria ‘objetividade’ surge como ca-

racterística da identidade jornalística no que se refere a um modo de narrar distinto da tradição literária em transformação”. Portanto, ser jornalista de redação cada vez mais se tornou sinônimo de adestramento a uma rotina veloz. Cumprimento de muitas pautas em pouco tempo e espaço limitado para publicação, de olhar atento para os fatos singulares do cotidiano, enquadrados em lógicas específicas de “valores” (proximidade, notoriedade, conflito, entre outros) e de enquadramentos da linguagem em padrões de clareza e objetividade. Ao ingressar no universo dos livros-reportagem, os jornalistas tentam minimizar esses efeitos do campo. Procuram lançar um olhar mais abrangente e menos fragmentado para tentar narrar-costurar os acontecimentos cotidianos não necessariamente factuais, com as linhas narrativas mais consistentes da visão contextualizada. Embora isso seja possível, em certa medida, para alguns raríssimos jornalistas com o status de especializados no cenário da imprensa diária, o livro oferece várias vantagens, com menos negociações. ■

Referências:

- DANTAS, Audálio (Org.). *Repórteres*. São Paulo: editora Senac, 1997.
- FAERMAN, Marcos. *Com as mãos sujas de sangue*. São Paulo: Global, 1979.
- FUSER, Igor (Org.). *A arte da reportagem*. Rio de Janeiro: Scritta, 1995.
- PORTELA, Fernando; FAERMAN, Marcos; SOUSA, Percival. *Violência e repressão*. São Paulo: Símbolo Editora, 1978.
- RIBEIRO, José Hamilton; MARÃO, José Carlos. *Realidade Re-Vista*. São Paulo: Realejo, 2010.
- RIBEIRO, Otávio. *Barra pesada*. Rio de Janeiro: Codecri, 1977.
- VIDAL E SOUZA, Candice. *Repórteres e reportagens no jornalismo brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

Elaborada pelo professor doutor do curso de Jornalismo da UFMA, campus de Imperatriz, Alexandre Zarate Maciel, a coluna Prosa Real traz, todos os meses, uma perspectiva dos estudos acadêmicos sobre a área do livro-reportagem e também um olhar sobre o mercado editorial para esse tipo de produto, os principais autores, títulos e a visão do leitor.

Comunicação na Web

Jornalismo, Sociedade e Internet

Por Ana Célia de Sá



Pixabay

Enquadramento e jornalismo

O enquadramento dos fatos noticiosos é uma prática habitual no processo de construção do produto jornalístico, da apuração à edição. O enfoque dado pelo profissional à narrativa tem reflexos diretos na orientação da notícia, num somatório de perspectivas subjetivas, empresariais, profissionais e intersubjetivas, que formatam o contexto social. A teoria do “framing” ou do enquadramento, desenvolvida pelo sociólogo Erving Goffman (2012), na década de 1970, tenta explicar as abordagens diversas observadas na mídia.

Três escolas, relacionadas entre si, contribuíram com a teoria do enquadramento, no ramo da Sociologia Interpretativa: o Interação Simbólico da Escola de Chicago, a

Fenomenologia e a Etnometodologia. A primeira sugere que o homem atua de acordo com o que as coisas significam para ele, sendo este significado consequência da interação. A Fenomenologia aproxima-se do Interação Simbólico e identifica a vida cotidiana como a realidade suprema e parte de uma “atitude natural” intersubjetiva que acolhe fenômenos sociais. Já a Etnometodologia investiga a contingência da realidade social enquanto construção social, focando as circunstâncias que dão sentido aos eventos cotidianos (SÁDABA, 2008).

No plano geral, a Sociologia Interpretativa ocupa-se das significações da realidade formuladas pelos sujeitos a partir da interpretação. Este modelo concentra atenção nos processos intersubjetivos de interação, os quais têm papel relevante na chamada “definição da situação”, conceito formulado por William Isaac Thomas, em 1923. A ideia parte do princípio que o ser humano responde às situações

de maneira indireta, uma vez que consulta suas atitudes e seus conhecimentos antes de atuar. A interpretação pessoal e o consequente conhecimento prévio da situação condicionam respostas e ações (SÁDABA, 2008).

A abordagem de Goffman (2012) a respeito do enquadramento concentra-se na organização da experiência do ator individual, numa perspectiva situacional, embora resguarde um significado social comum. Insere-se neste contexto a explicação desse pesquisador para os termos quadro (“frame”) e “análise de quadros”.

Para o autor, as definições de uma situação são formatadas segundo os princípios de organização dos acontecimentos, ao menos os sociais, e o envolvimento subjetivo neles. Assim, a palavra quadro refere-se aos elementos básicos que uma pessoa é capaz de identificar. Já a expressão “análise de quadros” refere-se ao exame da organização da experiência.

Reconhecer acontecimentos conduz à identificação, à interpretação e à hierarquização das múltiplas realidades na mente humana. As respostas dos sujeitos envolvem o uso de esquemas primários de interpretação, os quais convertem “[...] em algo significativo aquilo que de outro modo seria um aspecto da cena desprovido de significação” (GOFFMAN, 2012, p. 45). Os esquemas primários podem se apresentar como um sistema de entidades e regras ou não possuir forma articulada aparente. Em ambos os casos, eles permitem ao usuário perceber e identificar ocorrências.

Há duas classes de esquemas primários. Os naturais vinculam-se a ocorrências não dirigidas, devidas a determinantes “naturais” independentes da atuação humana, a exemplo de fenômenos biológicos e físicos. Já os esquemas sociais caminham em sentido oposto: eles incorporam a vontade de agentes vivos, em especial o ser humano, cujas atividades são classificadas como “ações guiadas” (“guided doings”), as quais submetem os agentes a padrões e avaliações sociais baseadas em aspectos como honestidade, eficiência, segurança e bom gosto. As duas classes podem intercambiar-se e envolver os sujeitos sociais em ações naturais (GOFFMAN, 2012).

Os esquemas primários naturais e sociais alcançam não somente os participantes de uma ação, mas também os observadores. O simples ato de olhar ou desviar a atenção de uma atividade já indica um posicionamento diante dela que pode ser resultante do acionamento de esquemas primários (GOFFMAN, 2012). Este

pressuposto evidencia uma participação ativa no mundo social, ainda que do ponto de vista da observação, que deve ser apreciada.

No jornalismo, o processo de construção da notícia pode recorrer aos artifícios do enquadramento para a seleção informativa, a elaboração de matérias e a edição do produto. A notícia carrega traços do enquadramento promovido pelo jornalista ao considerar fatores subjetivos, profissionais e mercadológicos das empresas de comunicação.

Sádaba (2008) analisa o conceito de “frame” vinculado aos estudos dos meios de comunicação mediante coberturas de movimentos sociais, que ganharam força com as manifestações estudantis da década de 1960. Naquela época, os movimentos sociais ganharam dimensão política e estruturaram-se em estratégias mais concretas. O processo de mobilização e persuasão em busca da ação coletiva passou a contemplar o uso do “frame” e dos símbolos na construção social da realidade.

Os movimentos sociais configuram-se como agências significativas com a necessidade de difundir seus quadros particulares de ação coletiva nos meios de comunicação, vistos como arenas de longo alcance público. Quanto maior for a identificação dos quadros com a vida cotidiana, maior será o êxito de socialização deles (SÁDABA, 2008). Neste cenário, entretanto, a atuação midiática pode desfigurar os “frames” dos movimentos sociais devido a nexos de enquadramento particulares. ■

Ao interpretar e reinterpretar a sociedade, o jornalismo pode ser encarado como uma instituição produtora de sentidos. Porém é essencial considerar o poder de escolha do público perante o conteúdo noticioso, posicionamento importante em prol de um jornalismo a serviço da coletividade social.

Referências:

GOFFMAN, Erving. *Os Quadros da Experiência Social: uma perspectiva de análise*. Tradução de Gentil A. Tilton. Petrópolis: Vozes, 2012.

SÁDABA, Teresa. *Framing: el encuadre de las noticias – él binômio terrorismo-medios*. Buenos Aires: La Crujía, 2008.

Ana Célia de Sá é jornalista e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCOM-UFPE).

Opinião

90 anos de Macunaíma: interpretação e metáfora do Brasil

Por Rômulo Almeida

Foram poucos os livros, escritos no Brasil, que tiveram tanto impacto no meio artístico e intelectual quanto “Macunaíma: o herói sem nenhum caráter”. Publicado pela primeira vez em 26 de julho de 1928, por Mário de Andrade (1893-1945), o livro receberia o epíteto de “rapsódia nacional”, enfatizando a necessidade de uma consciência criadora e do reencontro do Brasil com suas fontes de cultura. Hoje, após nove décadas de discussões e acirradas polêmicas, a leitura deste livro ainda é capaz de causar grande espanto. De acordo com Saulo Cunha de Serpa Brandão, “Mário de Andrade conseguiu um fato raro: Macunaíma desagradou a todos os críticos de sua época, modernistas ou não. Continua, ainda hoje, a ser um texto antipático para a maioria das pessoas. Mas é uma fonte inesgotável para formulações críticas” (BRANDÃO, 1999, p.115). Talvez em função de sua narrativa fragmentada e alegórica, com proposital abundância de neologismos, gírias e brasileirismos dos mais diversos, Macunaíma segue como um desafio permanente não só para o leitor comum, mas também para a crítica literária e os estudos acadêmicos de um modo geral. Por isso, ao invés de uma simples descrição, é necessário destacar, mesmo que em poucas linhas, os motivos de sua pertinência. Os primeiros parágrafos do livro representam bem a atmosfera excêntrica e o tom debochado do personagem. Vejamos:

“No fundo do mato-virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram de Macunaíma.

Já na meninice fez coisas de sarapantar. De primeiro passou mais de seis anos não falando. Si o incitavam a falar exclamava:

– Ai que preguiça!... e não dizia mais nada” (ANDRADE, 2017, p.7).

Quando criança, Macunaíma já se revela um sujeito preguiçoso e aproveitador, transformando-se no completo oposto dos heróis românticos, descritos como fortes, corajosos e audazes, bem à moda do indianismo de José de Alencar (BERND, 1992). A maneira cômica com a qual o autor narra os primeiros traços do seu herói é também um arranjo estratégico na captação de uma linguagem nova e livre, incrementando ao fazer literário o dado etnográfico e popular. Desde a Semana de Arte Moderna de 1922 e a instauração paulatina do Modernismo no Brasil, parte significativa da

intelligentsia nacional, se esforçava para “atualizar-se formalmente frente à Europa a fim de sondar a identidade nacional através da sofisticada incorporação de temas do folclore e da cultura popular” (PASSOS, 2009, p.987). O próprio nome “Macunaíma” caracteriza-se pela captação de um certo hibridismo cultural, resultante da contração dos termos indígenas “MAKU” – “mau” – com “IMA” – “grande”. Segundo Brandão (1999, p.114), Mário de Andrade criou o seu personagem a partir de diversos textos, com destaque para “Avatará”, de Théophile Gautier, e “Vom Roraima zum Orinoco”, de Theodor Koch-Grünberg. Ambos os livros contam com uma infinidade de lendas, mitos, contos e fábulas, reutilizadas literariamente por Mário de Andrade na confecção de Macunaíma.

Brandão (1999, p.108) sugere que qualquer leitor de Macunaíma, por mais neófito ou pouco afeito às coisas da literatura, há de se perguntar os motivos ou os significados dos feitos espetaculares do herói, com suas coisificações, metamorfoses e rápidas viagens transcontinentais. Por possuir qualidades tão complexas e mesmo contraditórias na forma como trabalha os liames entre ficção e realidade, existe uma dificuldade intrínseca na classificação do livro. Além de rapsódia (1), seria Macunaíma um livro de Literatura Maravilhosa? Fantástico Tradicional? Fantástico Moderno? Real Maravilhoso? Realismo Mágico? Apesar da validade de qualquer uma destas categorias, é necessário pensar, conforme defende Soares (2014, p.86), que “fato” e “ficção” não são tão rigidamente distintos e perguntar em que medida a literatura poderia ter um estatuto epistemológico na análise da realidade social. Em outras palavras: a literatura pode ser uma ferramenta primordial para a compreensão da vida em sociedade? Em Macunaíma tal reflexão se exprime na definição de uma metáfora para o Brasil, através de um personagem que busca sintetizar o nosso permanente inacabamento.

O herói marioandradiano significa, entre tantas coisas, uma interpretação do Brasil “conduzida por um “herói sem nenhum caráter” e uma “antropofagia” avant la lettre, capaz de metabolizar a expressão cultural do povo e o pensamento erudito, com intenção artística” (MORAES, 2003, p. 639). Ao longo do enredo é possível notar que esta operação simbólica se desenvolve mediante uma inversão parodística e a subtração dos espaços paradisíacos, típicos dos lugares bucólicos ou dos ambientes idealizados pelo Romantismo. O alto herói romântico é destronado pelo anti-herói mestiço saído do mato virgem. Bernd (1992, p.47) alega que foi com Macunaíma que Mário de Andrade se propôs a construir uma narrativa épica para representar a “origem” do povo

brasileiro, integrando pela primeira vez o mito indígena aos mitos africanos. Entretanto, como enfatiza Passos (2009, p.988), apesar da inegável ousadia de Mário de Andrade, a composição de Macunaíma não pode ser concebida pura e simplesmente como uma ruptura total aos modelos literários anteriores. Semelhante aos românticos, Mário de Andrade se utilizou de lendas, mitos e fábulas indígenas; misturou esse repertório tradicional com argumentos e dados históricos concernentes à formação nacional brasileira; e insistiu no emprego de uma nova linguagem baseada na aderência ao léxico e, em grande medida, à sintaxe popular e indígena.

O seu empenho em (re)fundar um novo projeto de cultura nacional passa, direta ou indiretamente, pela abordagem da questão racial. No entendimento de R. Souza (2007, p.160), é a partir de Macunaíma que a importância dessa questão pode ser devidamente problematizada, ainda que a cultura brasileira fosse o seu interesse fundamental. Com Macunaíma, Mário de Andrade insistiu na compreensão do Brasil por meio da “desgeografização”, que implicava na superação das fronteiras regionais numa tentativa de imaginar literariamente o Brasil sob a forma de “entidade nacional” (VELLOSO, 1993, 2010). Numa de suas cartas, escrita em 1925, ele explicou o objetivo que o nortearia na elaboração de Macunaíma: “acho que o nosso trabalho tem de ser – principalmente por enquanto – empregar de-sassombadamente todos os brasileirismos tanto sintáticos como vocabulares e de todo o Brasil e não da região a que pertencemos. Porque senão seria regionalista” (ANDRADE, 1982, p.52). Sabe-se, contudo, que embora mantivesse distância da perspectiva regionalista, a concepção de Mário de Andrade sobre o tema não era estática, ora criticando mais veementemente tal visão, ora amaneirando o tom e firmando importantes contatos com alguns autores regionalistas.

A despeito da aparente controvérsia, sua meta estava mais ou menos definida: diminuir o distanciamento entre as diferentes regiões e, sobretudo, o espaço social em sua complexidade, aproximando as gentes e as práticas culturais, o erudito do popular, a língua escrita das faladas (BOTELHO, 2012). No primeiro prefácio de Macunaíma, o próprio Mário de Andrade (2015) admite ter desrespeitado lendariedade a geografia, a fauna e a flora, imaginando o Brasil para além das fronteiras regionais. Deste modo, o seu personagem poderia transitar e articular a tradição e a modernidade, o popular e o erudito, o rural e o urbano, o profano e o sagrado. Como disse Gilda de Mello e Souza (1979), Macunaíma pode ser interpretado mais como o campo aberto de um debate do que o marco definitivo de uma certeza. Um livro típico de épocas de transição, isto é, que não desejam voltar ao passado, que não sentem o que tem de vir e sentem o passado como uma neblina vasta.

Nota

1 - Um tipo de composição inspirada no folclore e nos temas populares. Baseia-se na capacidade de improvisação e em pequenas variações de ritmo e tonalidade. Foi comum na Grécia antiga,

particularmente no período homérico. No Brasil, a rapsódia pode ser mais facilmente identificada nas apresentações dos cantadores de desafio e nas diversas modalidades da cantoria de viola. ■

Referências:

- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por ANDRADE, Mário de. A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.*
- _____. *Primeiro prefácio. In: Macunaíma, o herói sem nenhum caráter. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.*
- _____. *Macunaíma. São Paulo: Novo Século Editora, 2017.*
- BERND, Zilá. *Literatura e Identidade Nacional. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1992.*
- BOTELHO, André. *De olho em Mário de Andrade: uma descoberta intelectual e sentimental do Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2012.*
- BRANDÃO, Saulo Cunha de Serpa. *Mário de Andrade e o Pós-Modernismo: O caso de Macunaíma. INVESTIGAÇÕES, Linguística e Teoria Literária, vol. 10, pp 107-117.*
- MORAES, Marcos Antonio de. *Mário de Andrade entre a erudição e o conhecimento. In: ROCHA, João Cezar de Castro (org.). Nenhum Brasil Existe: pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2003.*
- PASSOS, José Luiz. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter: Mário de Andrade (1928). In: MORETTI, Franco (org.). A cultura do romance. São Paulo: Cosacnaify, 2009.*
- SOARES, Eliane Veras. *Embora lidando com literatura, você está fazendo sociologia. Civitas: Revista de Ciências Sociais (Impresso), v. 14, n.1, p. 81-92, 2014.*
- SOUZA, Gilda de Mello e. *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma. São Paulo: Duas Cidades, 1979.*
- SOUZA, Ricardo Luiz. *Mário de Andrade e a construção da identidade nacional: impasses de um projeto. Esboços (UFSC), v. 15, p. 149-172, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/240>>. Acesso em: 19 jul.2018.*
- VELLOSO, Monica Pimenta. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 6, n.11, p.89-112. 1993.*
- _____. *História & Modernismo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção História &... Reflexões, 14).*

Rômulo Almeida é sociólogo e mestre em Sociologia pela UFPE.

Opinião

A participação feminina nas mídias independentes online

Por Ana Carolina Estorani Polessa e Rafaella Prata Rabello

A cyber resistência não tem uma definição determinada, no entanto, podemos dizer brevemente que em alguma medida possui uma relação com as ideias de poder de autores como Michel Foucault. O poder pode ser analisado como um direito: basicamente, se há leis, há quem as obedeça, e ele se mostra quando esta concepção se aplica em discursos, movimentos e principalmente nas organizações. Seria uma lógica da ação sobre as ações.

Foucault afirmava que nem toda luta de grupo é efetivamente uma resistência ao poder. O autor viveu no Irã ainda no período que antecedeu a Revolução Iraniana (1979) e foi neste período que ele reconheceu que a força dos grupos tem potencial para contestar sistemas de poder hegemônicos com êxito para modificá-los quando estes operam e agem por motivos inusitados. Entre 1974-1984 ele passou a estudar as resistências, reconhecendo que elas visam também à defesa da liberdade.

E também no Irã surgiram as primeiras definições sobre a cyber resistência: durante as manifestações para a campanha “The One Million Signatures campaign” promovida pelo movimento feminista iraniano. Mahdi (2004) destaca que as mulheres sempre foram muito ativas nesta região, com protestos que podem ser datados desde o final do século XIX, a exemplo do Protesto do Tabaco (1891-1892), que organizou a oposição política de mercadores iranianos que culminou na Revolução Constitucional de 1905-1911. “Durante a revolução, as mulheres organizaram tumultos de rua, participaram de algumas brigas, juntaram-se a atividades clandestinas contra forças estrangeiras (...)” (2004, p. 427).

Travers (2003) explica que o fato da utilização das redes serem promovidas por ONGs em países em desenvolvimento, faz com que ativistas sociais, em especial as mulheres, concentrem suas atividades online.

Abbasgholizadeh (2010) observa que o termo cyber resistência foi utilizado pelo movimento feminista iraniano em 2005, durante a ascensão do autoritarismo do regime de Mahmoud Ahmadinejad. Neste momento, há um aumento na perseguição a meios de comunicação, principalmente à mídia independente, e de formas de organização na sociedade civil, em especial aquelas que estivessem em qualquer espaço que permitisse diferentes conexões entre grupos sociais.

Com um aumento na repressão a jornalistas, defensores dos Direitos Humanos, ativistas e membros destes movimentos dão início a resistência online, em resposta ao

aumento da perseguição dessas ativistas. Este fato fez com que elas usassem as redes como estratégia para mobilização de uma forma acessível, em pequenos grupos com demandas capazes de mobilizar um grande número de pessoas, sem que houvesse uma localização física específica.

A experiência do movimento com as redes sociais também demonstrou a importância de se vincular o planejamento do ciberespaço à ação pública. Foi um passo significativo que estabeleceu a conexão entre as redes sociais e o movimento das mulheres: ocorreu quando as repressões do governo se intensificaram em 2008, em preparação para as eleições presidenciais.

Houve uma forte influencia das mulheres para construir não apenas algumas percepções acerca dos significados da cyber resistência, mas também como verdadeiras agentes coletivas de mudança social, que trouxeram a oportunidade e exemplos de jornalismo cidadão e de boa organização que serviram de exemplo para que atividades semelhantes transbordassem para outros países da região, sendo um dos fatores que levaram ao uso da cyber resistência durante a Primavera Árabe.

Castells (2013) afirma que as mulheres tiveram uma presença ativa no debate público ao longo da Primavera Árabe, por meio de blogs e em manifestações históricas, liderando, organizando e administrando inclusive hospitais de campanha.

Mesmo tratando de problemas sociais diversos, verificamos que no Brasil também existem iniciativas femininas que preconizam a defesa de direitos fundamentais.

É o caso de Luiza Sansão, que se formou em 2011 como jornalista e começou as atividades profissionais em São Paulo. Ingressou em 2012 na Revista ADUSP, da Associação de Docentes da USP, ficou na final dos trainees da Folha de S. Paulo, foi repórter no Jornal O Dia, trabalhou na Ponte Jornalismo com outros profissionais enquanto morava em SP, sendo depois a única repórter e editora no RJ. Atualmente, trabalha como Assessora de Comunicação Parlamentar, tem um blog com reportagens especiais relacionadas à Segurança Pública e Direitos Humanos, faz alguns trabalhos freelance com pautas que ela seleciona, além de assumir a Comunicação do Instituto de Defensoria de Direitos Humanos (DDH) no projeto contra o superencarceramento, que é financiado pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos.

A jornalista é apaixonada pelo que faz e vence as condições adversas que impedem muitos outros profissionais de exercer com excelência a profissão. As primeiras repor-

tagens foram relacionadas à época da ditadura militar: “tenho uma ligação muito forte com este período porque o meu pai foi um preso político torturado. A questão de violação de Direitos Humanos sempre esteve na minha vida. Mas, claro, não imaginava o rumo que as coisas iam tomar porque era recém-formada”. Tudo mudou quando ela publicou uma matéria no site do “Observatório da Imprensa” sobre o aniversário de 50 anos do Golpe de 64 e acabou conhecendo o editor da Revista ADUSP. Revelou um caso de dois irmãos bolivianos, ficando próxima da Comissão da Verdade, o que acabou rendendo uma menção honrosa no ano seguinte no Prêmio Vladimir Herzog. “O tipo de Jornalismo que eu queria produzir não tinha espaço na imprensa hegemônica”, destaca.

A jornalista se sensibilizou com a transição violenta que observa no cotidiano contemporâneo brasileiro, pois, segundo ela, os mesmos crimes cometidos naquele tempo contra opositores políticos são reproduzidos na atualidade e sempre relacionados aos jovens, negros e periféricos. A truculência policial comprovadamente atinge esse grupo: “07 a cada 10 pessoas mortas por policiais são jovens negros do sexo masculino”, diz. E ainda faz uma crítica ao fato de que a cobertura dos grandes veículos trata até os dias de hoje a cobertura de segurança pública como jornalismo policial: “isso é inadmissível porque o favelado está sempre no perfil criminalizável – pessoas encarceradas em massa, que têm as suas casas invadidas sem mandado judicial, sofrem diretamente com a violência de Estado”.

Luiza comenta que existem jornalistas que ainda tentam fazer um bom trabalho na mídia hegemônica, só que o entrave já começa no fato de que temos poucas famílias de empresários controlando todos os veículos de comunicação do país: determinando o que as pessoas devem pensar, de que forma devem obter informações, com uma reprodução muito forte da versão oficial, sem uma regulação de mídia no Brasil. Então, a Ponte Jornalismo, uma mídia independente, nasce em SP em 2011, da percepção de repórteres que tiveram uma trajetória extensa em grandes veículos e observaram que existia uma lacuna na cobertura de Segurança Pública e Direitos Humanos na mídia hegemônica, com jovens repórteres que já pensavam o jornalismo de outra forma – focado só em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos.

Ela acompanha desde o princípio o caso do negro, pobre e morador de rua Rafael Braga, que foi preso e condenado por supostamente produzir explosivos com água sanitária e Pinho Sol. Luiza se detém em casos com percurso judicial enorme, como, por exemplo, o de mulheres que sofrem com a violência do Estado, para verificar os desdobramentos, humanizando as vítimas, que ficam previamente criminalizadas pela opinião pública e pela mídia – que não sobe o morro e reproduz estigmas, reflete os boletins de ocorrência. “São contrastes de abordagem. Este tipo de cobertura não cabe nos grandes jornais”. Com o trabalho do blog ela passou a estudar de

modo aprofundado sobre Segurança Pública e aproveita para experimentar outros modelos textuais, ligados aos formatos dos relatos.

Se nos primórdios da internet a cyber resistência e o jornalismo independente tinham uma influência muito limitada, nos últimos 10 anos podemos identificar a ascensão de ações que reforçam pressões em agendas políticas e também na sociedade civil. Seja no Irã ou no Brasil, a tendência é que enquanto houver repressões estas resistências não vão parar. ■

Referências

ABBASGHOLIZADEH, Mahboubeh. “To Do Something We Are Unable to Do in Iran”: *Cyberspace, the Public Sphere, and the Iranian Women’s Movement*. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 39, n. 4, p. 831-840, 2014.

BLOG LUIZA SANSÃO.

Disponível em: <https://goo.gl/Q7n3Lu> Acesso em: 28 de jul. de 2018.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar, 2017.

TOHIDI, Nayereh. *Direitos das mulheres e movimentos feministas no Irã: Uma visão geral da eclosão do movimento de mulheres iranianas em face de contextos singulares*. Revista Internacional de Direitos Humanos. Edição 24, Dez. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/GRoAZJ> Acesso em: 28 de jul. de 2018.

TRAVERS, Ann. *Parallel Subaltern Feminist Counterpublics in Cyberspace*. *Sociological Perspectives*. Vol. 46, No. 2 (Summer 2003), pp. 223-237. Disponível em: <https://goo.gl/6DNgWg> Acesso em: 28 de jul. de 2018.

MAHDI, Ali Akbar. *The Iranian Women’s Movement: A Century Long Struggle*. *The Muslim World*. Vol. 94, October, 2004. Disponível em: <https://goo.gl/j8bLbG> Acesso em: 28 de jul. de 2018.

Ana Carolina Estorani Polessa é socióloga, especialista em História do Brasil e Diversidade Cultural pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Rafaella Prata Rabello é jornalista, licenciada em Letras e doutoranda em Comunicação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Opinião

México: La economía y la nueva situación política (1)

Por Gregorio Vidal

Este artigo é o primeiro de uma série de quatro textos que foram extraídos da análise do professor Gregório Vidal sobre a economia e a nova situação política do México a partir da última eleição presidencial.



INTRODUCCIÓN

En las líneas siguientes presento algunas reflexiones a propósito del profundo cambio que emerge con fuerza en la sociedad en México a partir de los resultados de la elección del primero de julio. Es un texto que intenta provocar el debate y dotarnos de mejores medios para avanzar en el proceso de cambio que es una ruta posible al desarrollo de la sociedad en México. El desarrollo como proyecto social es el punto de referencia del debate y los protagonistas son las y los ciudadanos que poblamos el territorio entre el Suchiate y El Bravo.

LA SITUACIÓN POLÍTICA ACTUAL: ¿CUÁL ES EL TAMAÑO DEL CAMBIO?

En unas semanas más, cuando inicie el nuevo gobierno y la nueva legislatura, el poder ejecutivo y el legislativo federal tendrán un notable cambio. Las elecciones realizadas el primero de julio incluían además de la presidencia de la república y la totalidad de los miembros de la cámara de diputados y del

senado, nueve gobiernos estatales –considerando la Ciudad de México– 26 congresos estatales y una gran cantidad de autoridades ejecutivas de municipios en 26 entidades federativas, en conjunto la mayor parte del país. A la fecha de la redacción de este texto, los resultados definitivos de varias de las elecciones efectuadas aún no se conocen. En la mayor parte deben completarse los procesos legales de conteo de los votos y examen de irregularidades y la sanción final por los órganos competentes, existiendo algunos casos que prefiguran alguna disputa político-jurídica en las semanas siguientes. Sin embargo, el resultado global permite sostener que hay un cambio sustantivo en la representación política en el país, que incluye a los estados y gran cantidad de municipios.

Además de la presidencia de la república, Morena (Movimiento de Regeneración Nacional), el partido encabezado por Andrés Manuel López Obrador (AMLO), será con mucho la primera fuerza política en el Congreso Federal. Sumado a los partidos que integraron la coalición que se presentó en el proceso electoral alcanzan la mayoría en ambas cámaras

y necesitan pocos votos más para poder realizar reformas constitucionales. La otra condición necesaria para realizar reformas constitucionales también la tiene la coalición de partidos que postuló a la presidencia a AMLO. De 26 congresos estatales en disputa, incluyendo la Ciudad de México, Morena y sus aliados son mayoría en 19, además de haber obtenido el triunfo en gran cantidad de municipios en los más diversos puntos de la geografía nacional. Para realizar reformas constitucionales se necesita, sumada a la aprobación calificada en el Congreso Federal, la de 17 congresos estatales. En cinco de las nueve entidades federativas en disputa –ocho estados y la Ciudad de México – Morena obtuvo el triunfo en cinco y en otro más no reconoce el resultado, sosteniendo que existió fraude. Es un cambio notable en el conjunto en la geografía política por lo que concierne a los órganos de gobierno y legislativos del país. Como nuestra del cambio en el ánimo de la sociedad y la nueva situación política considérese que del total de 300 distritos electorales en que se encuentra dividido el país, AMLO únicamente perdió en 23 y tan sólo en un estado fue derrotado.

La campaña electoral incluyó expresiones públicas, y otras no tanto, de dirigentes de organismos empresariales y algunos de los accionistas principales de varias de las mayores empresas del país oponiéndose al voto por AMLO. En algún momento las diferencias incluyeron pronunciamientos expresos del organismo de organismos de los dueños del capital, el Consejo Coordinador Empresarial; pero también del grupo que reúne a gran parte de las cabezas de las mayores empresas del país, el Consejo Mexicano de Negocios; y, las expresiones públicas o con documentos dirigidos a los empleados y trabajadores de la compañía de varios de los mayores empresarios del país. Se afirmó que votar por AMLO y por los distintos candidatos que postuló su partido y sus aliados era votar por anular los cambios realizados, las transformaciones llevadas a cabo y, más aún, un regreso a propuestas de otras épocas que minaban el desarrollo del país. Se utilizaron muy diversos medios, sin ánimo de ser exhaustivo están: a) agresivas campañas con llamadas telefónicas a gran cantidad de personas con el pretexto de supuestas encuestas para decir mentiras sobre AMLO y otros miembros de su equipo acusándolos de haber cometido delitos; b) gran cantidad de noticias falsas y acusaciones infundadas en las redes sociales; c) uso de recursos públicos para influir en el voto, d) operaciones de compra de votos; e) publicación de encuestas de compañías sin estar acreditadas con datos que indicaban que alguno de los candidatos de las otras alianzas se acercaba a López Obrador. Además

de ello, durante la campaña se produjeron una cantidad importante de asesinatos de funcionarios públicos que ocupaban algún puesto de elección popular y otros de candidatos participantes en el proceso electoral en curso. En algunos lugares del territorio nacional prosperó un clima de violencia con un sesgo político. En ese ambiente y conforme se acercó la fecha para la elección, se insistía en el voto útil por uno de los dos contendientes de AMLO para evitar su triunfo. Se documentó la iniciativa de algunos de los mayores empresarios del país para buscar apoyar al candidato del PAN, desplazando al del PRI y por esa vía evitar que la elección fuera ganada por AMLO.

Todo lo realizado no impidió el triunfo contundente de AMLO y la coalición de partidos que lo apoyaba en el conjunto de la elección, como lo destacó líneas antes. La derrota del PRI es particularmente notable y un indicio del alcance de la disputa entre las élites que han gobernado al país que les impidió tener un frente único para enfrentar a Morena y la coalición electoral encabezada por AMLO. La división entre las élites del poder en México es producto del desgaste del gobierno actual ante la multiplicación de los casos de notable corrupción en gobiernos estatales y aún en la administración federal y por las dificultades para mantenerse que tiene el proyecto económico en curso, incluidas las que resultan de las iniciativas del gobierno estadounidense en materia de acuerdos comerciales. La salida de Estados Unidos del TTP y la decisión de modificar el TLCAN cambia las reglas económicas en la zona de América del Norte lo que afecta las decisiones de inversión futuras de grandes empresas y aún puede modificar la operación actual de muchas otras. Además, hay en gran parte de la población desilusión ante la no mejora de su situación económica en un ambiente de creciente violencia y ante la evidencia de la corrupción como medio para acrecentar fortunas. Es en este contexto que se realiza la jornada electoral, manifestándose la firme decisión de gran parte de los ciudadanos de cambiar las cosas, en la vida social, pero también en el terreno de la economía. ■

Gregorio Vidal é professor do Departamento de Economia da Universidade Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa. E-mail: vidal.gregorio@gmail.com.

Twitter: @GregorioVidalB. Site: <http://gregorioviald.izt.uam.mx>.

Opinião

40 anos de ativismo LGBT no Brasil

Por Iran Ferreira de Melo

Em 2018, o considerado Movimento LGBT completa 40 anos no Brasil. A partir de uma exegese sobre a rica consolidação dos ativismos desse movimento, este texto registra vários elementos que reconhecem, no contexto brasileiro, a história e a condição atual da militância para a liberdade dos corpos LGBT. Essa prática joga luz a uma narrativa que, como defenderemos, vai além das dimensões privadas de parte de nossa população e situa no tempo ações que nos fazem entender a gramática política da exclusão de vidas precárias por razão de gênero e sexualidade, assim como estratégias de luta por existência dessas vidas.

No Brasil da segunda metade dos anos 1970, diferentes formas de resistência contra a ditadura vigente começaram a surgir. A censura do governo militar limitava referências na imprensa a tudo que dizia respeito aos costumes de pessoas lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras (LGBT). Mas, enquanto isso acontecia, algumas publicações alternativas produziam matérias ocasionais sobre o gay power dos Estados Unidos. Um dos maiores exemplos emergiu em 1978 com o jornal *Lampião da Esquina*, periódico que abordava de forma positiva a homossexualidade nos seus aspectos políticos, existenciais e culturais, oferecendo “um tratamento que combatia a imagem dos homossexuais como criaturas destroçadas por causa do seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendência a rejeitar a própria sexualidade” (SIMÕES & FACCHINI, 2008, p. 85). Esse jornal estabeleceu o início do que se passou a chamar de Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) e abriu as portas para o que entendemos como a primeira onda do ativismo de gênero e sexualidade periféricos em nosso país.

O limiar desse momento histórico se deu a partir do verão de 1978/1979, interstício em que um grupo de estudantes, artistas e intelectuais, descontentes com as práticas de sociabilidade restritas a boates e bares do gueto homossexual, começou a se reunir em São Paulo. Em seus encontros, debatiam e criticavam textos de caráter difamatório sobre LGBT publicados pelo jornal paulista *Notícias Populares*. Nomeando-se Somos: Grupo de Afirmação Homossexual e forma-

do, em sua maioria, por homens gays, esse grupo fez nascer a primeira organização pelos direitos dos homossexuais no Brasil e foi uma experiência que deu impulso à formação de outros grupos similares em São Paulo e em vários estados.

A partir de meados dos anos 1980, é possível observar um modelo de militância de ação mais pragmática, mais preocupada com aspectos dos direitos civis e contra a violência que a sociedade em geral dirigia a LGBT. Nesse percurso político, o ativismo passou por uma drástica redução na quantidade de entidades, por causa da eclosão da epidemia de HIV/AIDS, levando muitas lideranças a se voltarem para a prevenção e combate dessa doença. Por isso, a segunda metade da “década perdida” assistiu à busca dos/as ativistas LGBT por formatos de militância mais institucionais, através do estabelecimento de parcerias governamentais e não-governamentais para iniciativas em políticas públicas que incluíssem LGBT como público-alvo preferencial. Essas mudanças vão caracterizar o segundo momento ou a segunda onda dos ativismos de gênero e sexualidade dissidentes no Brasil.

A flama libertária da primeira fase deu lugar a múltiplas iniciativas, tanto de enfrentamento da epidemia quanto de extensão da agenda de direitos civis, impulsionadas pelo arcabouço legal montado a partir da Constituição de 1988. Ativistas da primeira onda começaram a trabalhar em projetos sobre AIDS e alguns grupos ajudaram a propagar as primeiras campanhas do Ministério da Saúde para conscientização da prevenção à doença, as quais reforçavam a importância do uso de preservativos nas relações sexuais, fossem elas hétero ou homossexuais.

Assim, sob esse feixe de ações, o modelo que se formou na primeira onda deu lugar à institucionalização dos grupos financiados pelo Estado. Essas e outras configurações tornaram-se marcas no modo de organização do ativismo LGBT durante a década de 1990 no Brasil, ocasião em que os grupos passaram a pleitear políticas identitárias; o gueto comercial floresceu; e passaram a ocorrer formas de mobilização de massa em favor de LGBT, especialmente as paradas. Assim, o MHB anterior se transformou num movimento

que deu origem, a partir de 1995, ao que chamamos de terceira onda dos ativismos de gênero e sexualidade no Brasil.

Com o avançar dos anos 1990 e o maior controle da AIDS a partir das políticas de prevenção e tratamento à doença que o Brasil alavancou, o escopo de atuação do ativismo deslocou-se para uma nova agenda: tratava-se de discutir ações governamentais para a garantia da construção de uma sociedade em que todos/as pudessem viver suas diferenças identitárias. Isso significa que entrava no projeto daqueles grupos bastante institucionalizados uma política de solidariedade entre as diferentes manifestações das sexualidades e das identidades de gênero dissidentes, reforçando a necessidade de montar subgrupos que lutassem por demandas próprias.

Essa política possibilitou maior visibilidade ao ativismo que passou a ser chamado de Movimento de Gays, Lésbicas e Travestis (GLT), o qual, nessa fase de sua história, alcançou muitas conquistas, como, por exemplo, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), que abriu as portas, nos primeiros anos do novo século, para a criação do Programa Brasil sem Homofobia (primeira ação governamental federal exclusivamente dedicada ao combate à opressão que historicamente LGBT sofrem). Desse programa decorre o início de uma nova fase na construção do ativismo LGBT no Brasil, edificada pela maior participação popular nas causas políticas desse movimento. Essa fase podemos chamar de quarta onda brasileira do ativismo de gênero e sexualidade considerados objetos.

Tal conjuntura impingiu políticas de Estado de combate urgente à lgbtfobia, não só com reconhecimento jurídico pleno, mas também com sistemáticas ações públicas de promoção dos direitos humanos. Nesse período, o Brasil avançou bastante com uma mudança de paradigmas políticos e com ações pioneiras, entretanto um processo acentuado de setorização das categorias políticas ativistas passou a causar fragmentações singulares no movimento que já havia se tornado bastante heterogêneo. A expressão disso se deu com o fato de militantes passarem a se representar pela sigla GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros), que incluiu as pessoas bissexuais e agrupou no coletivo “transgêneros” tanto travestis quanto a categoria “transexuais”. Contudo, um tempo depois, o reflexo da luta de poder no interior dos grupos refez a denominação para a atual LGBT, demanda primordialmente das ativistas lésbicas.

Essa aparente simples troca de letrinhas foi

uma amostra de que o movimento reconhecia sua diversidade (FACCHINI, 2005). Com isso, nos idos dos anos posteriores, grupos LGBT passaram a inovar seus modos de militância, criando outros tipos de ações coletivas, a exemplo o ativismo de ocupação e o ativismo queer, sendo o primeiro constituinte de concentrações públicas (praças, ruas, parques) para contestarem atos lgbtfóbicos, e o segundo, um tipo de militância que se caracteriza pela recusa radical ao fechamento da relação de congruência sexo-gênero-prática-desejo dominante. Diante desse cenário tão diverso, que futuro, então, espera o conhecido movimento LGBT?

Em que pese a relevância de tais conquistas, ainda muitas pessoas que desejam outras do mesmo sexo e indivíduos que transgridem a postura identitária hegemônica de gênero seguem obrigadas a conter suas manifestações de si, sob o risco de perdas afetivas e materiais, desprezo, chantagem e agressão. Nesse horizonte, a relevância do ativismo LGBT não reside apenas em sua resistência às formas de degradação, intolerância, perseguição e mesmo criminalização dessa população, ou em seu esforço de tornar públicas e visíveis experiências minoritárias, silenciadas ou marginalizadas, o que não é pouco. Ele está, sobretudo, em sua potencialidade de desafiar os saberes convencionais e as estruturas de poder que alicerçam a vida institucional e cultural de nosso tempo. Nessa perspectiva, o ativismo LGBT representa a feição contemporânea de um esforço que, partindo dos parâmetros postos por epistemologias de corpos estranhos, procura desvincular as vidas LGBT de uma conotação negativa e reconstituí-las como forma possível, legítima e vitoriosa de ser e viver. ■

Referências:

FACCHINI, R. *Sopa de letrinhas? Rio de Janeiro: Garamond, 2005.*

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. *Na trilha do arco-íris. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.*

Iran Ferreira de Melo é Doutor em Letras (USP), linguista e professor de Língua Portuguesa da UFRPE. É autor de Análise Crítica do Discurso. Um estudo sobre a representação de LGBT em jornais de Pernambuco (EdUFPE-2010) e Introdução aos estudos críticos do discurso: teoria e prática (Pontes-2012).

Opinião

A “última flor do lácio” despetalando...

Por Rubens Pinto Lyra

A B C

A língua portuguesa anda mais inculta e menos bela, e também enferma. Não se trata apenas da grande parte da população, menos letrada, que escreve e fala cada vez mais incorretamente, mas também de muitos diplomados com curso superior, ou preparando-se para obtê-lo.

Exemplifico. Vinte por cento do alunado de direito de uma prestigiosa instituição privada onde lecionei era, todos os anos, reprovada, porque deveria redigir três ou quatro parágrafos como resposta a uma única pergunta – podendo escolhê-la entre três propostas. Reprovada porque era incapaz de redigir, sequer, um bilhete entre amigos.

Isso raramente ocorria com os demais professores que se limitavam a fazer perguntas tipo teste - onde nada se escreve - o que ensaja importante contingente de analfabetos, ou semianalfabetos, chegar até o final do curso e obter o título de bacharel. Observa-se, na linguagem quotidiana, a repetição de erros crassos, conforme se depreende do que se ouve, notadamente na mídia televisiva - não apenas nos depoimentos dos entrevistados, mas também na fala dos próprios repórteres e apresentadores. Destarte, impressiona a frequência com que se constata uma aberração: a pluralização, nas mais diferentes formas, como estas (no genitivo): “agentes de polícias”, em lugar de agentes de polícia e “11 ministros que têm cargos de deputados” em lugar de 11 ministros que têm cargos de deputado. E também do advérbio: O cidadão que paga os seus impostos em dias, em lugar de em dia.

Já a preposição de, há muito foi eliminada

do vernáculo, apesar de indispensável, em face da regência de certos verbos. Por exemplo, em lugar de “Portugal e França são os países de que mais gosto”, tem-se: Portugal e França são os países que mais gosto. E “essa é uma prerrogativa que não abrimos mão” em lugar de essa é uma prerrogativa de que não abrimos mão.

Nesse mesmo nível, destaque-se o emprego generalizado do pronome oblíquo tônico “mim”: “ele pediu para mim fazer”; em lugar de ele pediu para eu fazer. Já o cujo - coitado! - desapareceu praticamente. Assim, em lugar de: esse é um país cujo orçamento é generoso para a educação diz-se: esse é um país que o orçamento é generoso para a educação. Registre-se, ainda, mais uma contrafação de linguagem, a toda hora veiculada na TV: dar uma “amenizada”, uma “aumentada”, uma “diminuída”, uma “modernizada” e, até mesmo, dar uma “profissionalizada” no negócio, ou constatar que ocorreu uma “supervalorizada” nos preços! Há claro abuso no emprego dessa forma verbal cuja utilização indiscriminada, com frequência, termina por comprometer o estilo da língua culta na escrita.

Para concluir as exemplificações: é recorrente a confusão entre certas palavras, como diferente e diferenciado. Assim, “os shoppings estão abrindo em horários diferenciados” em lugar de em horários diferentes. Diferenciado é algo que apresenta uma qualidade a mais em relação à outra que lhe é semelhante, como: essa empresa presta um serviço diferenciado.

Preocupa, portanto, os aspectos peculiares ao atual “estado da arte” da língua portuguesa: a linguagem inculta generalizou-se, alcançan-

do, até mesmo, áreas como comunicação, magistério e carreiras jurídicas.

Não seria o caso de se perguntar se o desinteresse pelo estudo do Português, de onde deriva essa verdadeira “libertinagem linguística”, teria relação com o crescente desamor a essa língua, seja na internet, em ambiente de negócios, seja até na Academia: algumas das revistas acadêmicas mais conceituadas são publicadas apenas em inglês, e em outras a maior parte dos seus artigos. Que haja artigos publicados em inglês, nada contra, pois isso traduz a influência desse idioma nas esferas da vida econômica, social e cultural. O que se critica é a substituição de nossa língua por língua estrangeira, com a concomitante ausência, nesse campo, de influência plural. Por exemplo: a possibilidade, em todas as revistas científicas, de publicação, também no espanhol e no francês.

Quanto à internet, onde não há compromisso com a correta utilização do Português, ela divulga, cada vez mais, textos escritos apenas em inglês. Prática aparentemente contrária à legislação pátria, para a qual a utilização do vernáculo é obrigatória. Ademais, o que nela se publica faz com que ninguém mais saiba como seria a forma correta de escrever no idioma pátrio, em lugar do que consta nas traduções mecânicas - por vezes estapafúrdias e (ou) ininteligíveis - produzidas pela rede mundial de computadores. Incorpora-se, por essa via, uma terminologia estranha à nossa genuína forma de expressão.

Mas a degradação do Português, no Brasil, não conseguiu até agora mobilizar aqueles que seriam os principais interessados por sua regeneração: os órgãos públicos ligados à educação, os professores de língua e literatura portuguesa e os profissionais da palavra. Já assisti a programas e li artigos onde se discutem preciosismos da linguagem que interessam a especialistas, mas nada existe voltado para a identificação dos erros que se cometem no manejo da língua de Camões, de maneira recorrente e massiva.

Não há dúvida que a solução definitiva virá com a requalificação do ensino público fundamental e médio, dados, gratuitamente, em tempo integral e com remuneração condigna para professores, compondo um sistema educacional que nos aproxime dos países mais desenvolvidos. Mas depende, também, de esforço permanente para assegurar influência cultural diversificada, face ao hegemonismo da língua inglesa.

Contudo, enquanto essa solução não chega, não é possível permanecer de braços cruzados, assistindo ao definhamento do nosso idioma. Nesse sentido, impressiona a falta de iniciativa dos setores diretamente envolvidos na questão.

Algumas medidas talvez devam ser impositivas, como a organização de provas de português, nos diferentes exames de acesso à universidade, que assegurem a valorização, na sua pontuação, de redação bem escrita. Aliás, entendemos que a redação seria o melhor meio - e suficiente - para avaliar o conhecimento do Português. De toda forma, impõe-se a eliminação, nessa prova, de questões com “cruzinhas”.

Precisamos de campanhas na mídia e no âmbito do próprio sistema escolar sobre a importância do bem falar e do bem escrever, focando os principais erros cometidos no manejo da língua. Teria importância destacada a participação, nesse mutirão nacional de soerguimento do Português, de todo o sistema de ensino, fundamental e médio, assim como os diferentes cursinhos onde se ensina esse idioma.

Às academias de letras e associações de professores da língua pátria - estas, se não existem, precisam ser criadas! - caberia papel relevante nesse processo, liderando campanhas e ações concretas em prol do soerguimento do idioma vernáculo.

Não se tem notícia de que as Academias referidas, na missão precípua de contribuir para o aprimoramento de nosso idioma, tenham buscado reverter o processo de degeneração de que está acometido. E tampouco a maioria das universidades, para as quais a preocupação com questões burocráticas tem prevalecido sobre os problemas concretos que, como o exposto nesse artigo, compromete a qualidade e o respeito pela língua portuguesa em nosso país.

Impõe-se que setores da sociedade civil, mais identificados com a cultura e todos os cidadãos conscientes, expressem a sua irrisignação. A nação não se reconstruirá, se a passividade, nutrida de falsos pretextos para a inação, nesse e em outros domínios, continuar a prevalecer. ■

Opinião

Séries “Fronteiras”: uma análise da abordagem na TV Globo e na TV Brasil

Por *Andressa Motter, Bárbara Elisa Marmor, Mariane Feistler Wegener, Melissa Taís Konzen*

Nosso país, em sua vastidão territorial, possui quase 16 mil quilômetros de fronteira terrestre, fazendo divisa com 10 nações. São diferentes realidades que se mesclam nas bordas continentais, considerando culturas, economias e aspectos sociais. Em comum, além das baixas densidades demográficas, essas áreas possuem também frequentes associações a atividades criminosas.

Contrabando, violência e tráfico realmente existem. Entretanto, os veículos de comunicação muitas vezes se prendem apenas a essas pautas, ignorando toda a diversidade e vida lícita no local, que poderiam gerar outras matérias. Tomando como exemplo as duas séries intituladas “Fronteiras”, uma produzida pelo Jornal Nacional, da TV Globo, e outra produzida pelo Caminhos da Reportagem, da TV Brasil, é possível observar essa forma única de enquadramento, dada pela mídia.

A série “Fronteiras”, composta por seis reportagens, foi exibida pelo Jornal Nacional de 30 de maio a 06 de junho de 2011. Entretanto, com um título que remete a algo tão vasto e de tamanha diversidade cultural, as reportagens reduzem-se a um único aspecto: a criminalidade. Violência, contrabando, tráfico e demais atividades ilícitas são os componentes da matéria, sempre acompanhados de vinhetas e imagens que remetem à marginalidade.

O veículo não retrata integralmente a realidade da população que ali vive, mas corrobora com o imaginário já existente das fronteiras brasileiras. A série que aborda as apreensões e a infraestrutura debilitada dos órgãos de fiscalização, em nenhum momento dedica-se a entender o porquê de existir uma demanda brasileira por produtos contrabandeados ou drogas, tampouco se preocupa em abordar a vivência lícita no local.

Partimos aqui para uma análise da primeira reportagem da série do JN, exibida em 30 de maio de 2011. Ela inicia com a chamada da, na época, âncora do Jornal

Nacional, Fátima Bernardes. Após isso, aparece a identidade da série de reportagens: um mapa do Brasil, tendo as fronteiras desenhadas na cor vermelha, seguida da palavra “Fronteiras” sublinhada também em vermelho. A cor vermelha, semioticamente falando, representa perigo, incoerência, erro.

A reportagem inicia com trilha sonora dramática, muito utilizada em programas sensacionalistas. Junto dela, imagens de veículos sendo desmontados e/ou revistados e, de dentro deles, retirados artigos contrabandeados. O repórter, na sequência, problematiza a falta de fiscalização nas aduanas e anuncia: “A gente vai mostrar pra você que existe um atalho: um jeitinho ‘fácil fácil’ de fugir do controle da Receita Federal”. A reportagem segue com imagens das instalações da Receita Federal, sem ninguém trabalhando. Até então, falava-se da fronteira do Brasil com o Paraguai.

Na fronteira do Brasil com a Bolívia, o repórter compra três quilos de açúcar (um produto que não é considerado ilegal, mas que ganha esta característica pelo tom da reportagem) e percorre um caminho clandestino, que desvia da fiscalização. A trilha sonora dramática segue e, em determinado momento, aparece um mapa da América Latina, com os países que fazem fronteira com o Brasil na cor vermelha, dando a entender, pela semiótica, como “território inimigo”. A reportagem segue para Barra do Quaraí, Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai. Há destaque para as salas dos postos de fiscalização, que são mostradas sem pessoas trabalhando. Porém, pode-se ver que há marcas da existência de funcionários ali — como folhas de papel aparentemente novas, computadores e televisão com imagens das câmeras de segurança em tempo real. Surge um elemento importante: a câmera escondida, muito utilizada em reportagens investigativas. Na fronteira com a Colômbia, o tráfico de cocaína recebe destaque, o qual é relacionado com o número de assassinatos na região e com a facilidade na fuga dos as-

sassinos (que, de acordo com a reportagem, só atravessam a fronteira e estão “a salvo” da polícia do Brasil): “A polícia deles [dos colombianos], pelo menos, marca presença na avenida que liga as cidades [dos dois países]”, fala o jornalista, com certo tom irônico. A primeira reportagem da série termina com os âncoras do Jornal Nacional lendo declarações dos órgãos responsáveis pela fiscalização a respeito das acusações.

Outra série, também intitulada “Fronteiras”, foi produzida e exibida no programa “Caminhos da Reportagem”, da TV Brasil. Analisaremos aqui também seu primeiro episódio, que foi ao ar em 9 de abril de 2013 com o título: “As fronteiras do Brasil”. Neste primeiro episódio, são exploradas a fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, além dos limites entre Brasil e República Cooperativa da Guiana. Analisaremos somente a primeira reportagem.

O repórter Floriano Filho, responsável por mostrar ao público aspectos da fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, inicia sua reportagem no “Marco das Três Fronteiras”, ainda em território brasileiro, apresentando a cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná, como “uma das fronteiras mais estratégicas do Brasil, seja pela energia de Itaipu, pelo turismo ou pelo comércio, lícito ou não”. Nesse momento, alguns aspectos sobre o contrabando e as atividades criminosas são levantados, através de entrevistas com especialistas e com o delegado da Polícia Federal. Logo, o repórter pergunta a um morador de Foz sobre as possíveis atividades terroristas existentes na região, como também sobre a relação entre brasileiros, argentinos e paraguaios. Esse é o gancho para mostrar ao público as atividades turísticas da região da tríplice fronteira. A explicação sobre o turismo transforma-se, rapidamente, em informações sobre o contrabando, salientando o trabalho dos militares e policiais para enfrentar/amenizar o problema que se estende entre a fronteira fluvial e terrestre.

Um dos momentos que mais chama atenção na reportagem é a travessia que o repórter faz, durante a noite, entre a fronteira Brasil e Argentina, no intuito de mostrar como as pessoas que vivem ou mesmo passam por Puerto Iguazú (cidade argentina que faz fronteira com Foz do Iguaçu), se divertem durante a noite. Ele está nitidamente incomodado e apreensivo, entretanto, precisa afirmar, até porque esse é o discurso que

os moradores e comerciantes locais mantêm: o de que a insegurança cristalizada pela imprensa no imaginário social não é verdadeira e que o local é uma boa alternativa para a noite. O lado paraguaio é explorado através do comércio: a narrativa é construída a partir da facilidade de entrada do país, a falta de fiscalização aduaneira, além da desorganização do varejo ambulante.

A reportagem escolhe voltar a atenção para o crime organizado, armas e drogas e o trabalho dos policiais encarregados de fiscalizar e apreender artigos ilegais contrabandeados pelo rio. O repórter entrevista moradores da zona lindeira, procurando respostas sobre como é morar em uma zona fronteiriça de muito contrabando e mais, sobre como o trabalho da fiscalização tem ajudado ou não a combater as atividades criminosas. A reportagem termina com a trilha sonora de ação, além de imagens dos agentes federais fazendo seu trabalho de fiscalização.

A partir das análises feitas, percebemos que a forma de construir e narrar as histórias e acontecimentos fronteiriços não sofreu grandes alterações desde a exibição da série de reportagens do Jornal Nacional, em 2011, para a série do Caminhos da Reportagem, em 2013, até as matérias que são produzidas hoje. De maneira geral, o jornalismo continua negando o caráter social, cultural e histórico da formação dos limites territoriais brasileiros, preferindo desenhá-los de forma espetacular, através de fatos criminosos, ilícitos e amedrontadores. ■

Referências:

Fronteiras. Caminhos da Reportagem. TV Brasil, 2013. 51'24". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=zI-XxMGVSmY>>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

Fronteiras. Jornal Nacional. Rede Globo, 2011. 7'38". Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/1522972/>>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

Andressa Motter, Bárbara Elisa Marmor, Mariane Feistler Wegener e Melissa Taís Konzen são graduandas no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria.

Opinião

Vocês Conhecem o Termo MATOPIBA?

Por Marcos Costa Lima

MATOPIBA é um acrônimo que representa a conjunção de vários estados brasileiros – Maranhão, Mato Grosso, Piauí e Bahia, cujas áreas localizadas na região dos Cerrados, sempre foram tidas como de pouca população, esquecendo que aí vivem 80 povos indígenas e comunidades quilombolas, quebradeiras de coco, entre outros. No sistema dos chapadões centrais existem atualmente uma população indígena de 44.118 habitantes no Maranhão, Tocantins, Goiás e Mato Grosso do Sul, sem contar toda a população mestiça de camponeses, cujos conhecimentos e práticas camponesas guardam íntima relação com a cultura indígena no Cerrado (1).

O Cerrado vive hoje uma ofensiva de grandes capitais nacionais e internacionais, ligadas ao agronegócio, que tem produzido impactos econômicos, sociais e ambientais como resultante da expansão de monocultura de commodities e de produção de agrocombustíveis, notadamente a soja, o milho, o eucalipto, algodão, e a pecuária.

O processo também está relacionado a utilização das terras agrícolas sob a forma de ativos financeiros por grandes grupos nacionais e internacionais, como área de especulação agrícola e de expansão do agronegócio. É um processo que tem contado com incentivos fiscais e créditos subsidiados pelo Estado. Trata-se de um tema complexo e que vem sendo estudado mais recentemente, e aqui apenas lançamos alguns traços e características de uma grande questão, que não apenas fere a nacionalidade, com compra de grandes extensões de terra por estrangeiros, mas um processo de violência implícita, que expulsa populações que há muito tempo habitavam estas áreas, como indígenas, pequenos sítiantes e camponeses, que terminam por ser postos para fora de suas glebas (BENSUSAN.2016) (2); (ECODEBATE, 2012) (3); MIRANDA, R. de S. (2011) (4); XAVIER, C.V.; PITTA, F. T.; MENDONÇA, M. L. (2011) (5), PITTA, F.T.; BOECHAT, C. A. Arruda; MENDONÇA, M. L. (2017) (6); Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018) (7).

A possibilidade da compra de terras a preço baixo ocorre no processo de formação das fazendas, muitas vezes através da grilagem, e causa o desmatamento do Cerrado nativo. O mecanismo da grilagem é antigo e a origem de seu nome está na prática de envelhecer documentos forjados para conseguir a posse de determinada área de terra. Os papéis falsificados eram colocados em uma caixa com grilos. Com o passar do tempo, a ação dos insetos dava aos documentos uma aparência envelhecida. Mas uma definição mais direta nos diz que a Grilagem é

a “usurpação da terra pública, dando-lhe a aparência de particular”, ou seja, indica “um ou mais procedimentos de irregular ou ilegal ocupação de terra pública, com objetivo da sua apropriação privada”. Grilagem não é apenas a ocupação, mas a ocupação qualificada pela intenção deliberada de se tornar dono da terra pública, como se esta fosse terra particular (7). O expediente ilegal da grilagem termina por “criar” novas fazendas que são então vendidas, em geral para o agronegócio.

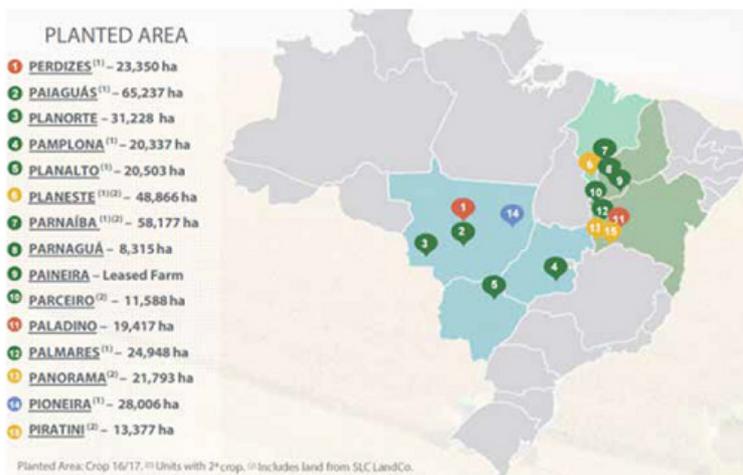
Em pesquisas recentes realizadas pela www.social.org.br sobre a expansão de grandes fazendas monocultoras para a produção de agrocombustíveis, percebeu-se que após a crise econômica mundial de 2008 (acentuada após 2014), houve uma tendência de queda dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional, mas, segundo a Rede, o preço da terra agrícola no Brasil manteve-se sob uma tendência inflacionária, o que os levou a considerar um processo de “descolamento” entre o mercado de terras e o mercado de commodities agrícolas.

A expansão financeirizada da agroindústria da soja para a Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins conduziu à apropriação de indígenas e camponeses das mais variadas formas. As áreas altas e planas das chapadas eram prioritárias. Ali as produções podiam acessar um regime pluviométrico adequado, pois formavam locais de cabeceira e nascentes dos rios.

Nos anos 1990, a SLC (Schneider Logemann Company) Agrícola S/A passou a atuar na região dos Gerais de Balsas, no Sul do Maranhão. A SLC Land Co., braço imobiliário da SLC Agrícola S/A, em sociedade com o fundo de investimentos inglês Valiance Capital, possui parte das fazendas adquiridas nos anos 1990. A Radar Propriedades Agrícolas, sociedade entre a Cosan S/A e o fundo de pensão TIAA-CREF (Teachers Insurance and Annuity Association of America - College Retirement Equities Fund), também possui terras justamente nesta região, que tiveram fazendas formadas entre os anos 1980 e 1990. A Radar S/A adquiriu suas terras já nos anos 2000.

No período que vai de 2008 a 2015 verificou-se que transnacionais produtoras de commodities como a Cosan, a SLC Agrícola, a BrasilAgro, a Sollus Capital, a TibaAgro (através do Fundo VisionBrazil Gestão de Investimentos e Participações Ltda.) passaram a atuar no mercado de terras no Brasil. Em alguns casos, como o da Cosan e da SLC Agrícola, as empresas de capital aberto em bolsa de valores e constituídas no formato de holdings criaram imobiliárias agrícolas para negociar terras: Radar Propriedades Agrícolas e SLC LandCo, em sociedade com fundos de

pensão ou de investimentos internacionais (8). As empresas SLC Agrícola, SLC Land Co. e a Radar S/A possuem terras no sul do Piauí. As terras da Radar S/A teriam sido compradas em Balsas-MA, no Alto Parnaíba-MA, e em Santa Filomena-PI, conforme declaração da própria empresa Radar S/A8 (9). Atentem abaixo para a quantidade de hectares das propriedades no Nordeste brasileiro, na figura abaixo



Fonte: SLC Agrícola (2017a) - Org.: Barbara Kuepper (Profundo ONG)

A empresa Radar S/A foi pioneira neste processo de formação de transnacionais imobiliárias agrícolas no Brasil. Após a crise de 2008 e a queda nos preços das commodities a partir de meados de 2011, diversas empresas canavieiras faliram. Foi neste contexto que a Cosan S/A abriu capital em bolsa (2005) e, como uma holding, constituiu diversas subsidiárias, além de uma joint venture com a petrolífera anglo-holandesa Royal Dutch Shell, formando a Raízen (em 2010) em sua divisão de cana-de-açúcar, açúcar, etanol e energia elétrica. Também realizou uma fusão ou joint venture com o fundo de pensão dos Estados Unidos TIAA-CREF (Teachers Insurance and Annuity Association – College Retirement Equities Fund) para formar a Radar Imobiliária Agrícola S/A.

Este TIAA-CREF Asset Management tem cerca de 1 trilhão de dólares em patrimônio e possui dois veículos financeiros para agropecuária e terras com ativos nos EUA, Austrália, Chile e Brasil: TIAA-CREF Global Agriculture I e II (TIAA GLOBAL ASSET MANAGEMENT, Ambos recebem financiamento de outros fundos de pensão públicos e privados como o suco AP2, o canadense Caisse de Dépôts et Placement du Québec, British Columbia Investment Management Corporation (bcIMC), o holandês Stichting Pensioen fonds ABP, o alemão Ärzteversicherung Westfalen-Lippe, o inglês Cummins UK Pension Plan Trustee Ltd., o Environment Agency Pension Fund, o Greater Manchester Pension Fund e o New Mexico State Investment Council. (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018).

Concluindo, é impossível apontar aqui toda a trama desta expansão de latifúndios para monoculturas, estimulada por agentes financeiros mundiais poderosos e associados a grandes empresas nacionais como a COSAN, Radar, entre outras. Trata-se de um sistema que intensifica a exploração do trabalho no campo, a violência contra povos indígenas e quilombolas, camponeses, que é altamente predatória ao meio ambiente e a biodiversidade e sem produzir alimentos que possam reduzir o custo da produção para a mesa dos brasileiros. ■

Referências:

1 – Nesta ampla região, vivem os chamados povos indígenas do Cerrado que têm possuem grande diversidade linguística, a exemplo dos Timbira (que inclui os indígenas Canela, Krinkati, Pukobyé, Krenjé, Gavião, Krahô), os Kayapó (que inclui os Kubenkranken, Kubenkrañoti, Mekrañoti, Kokraimoro, Gorotire, Xikrin, Txukahamãe), os Xerente, Karajá, Xavante, Xakriabá, Apinayé, Suyá, Kreen-Akarôre, Kaingang e Xokleng. O tronco linguístico maior—Macro Jê—inclui os Pataxó, Bororo, Maxakali, Botocudo, Kamakã, Kariri, Puri, Ofaié, Jeikó, Rikbatsá, Guató e Fulniô.

2 – BENSUSAN, Nurit (2016). *Cerrado: bioma torto?* Brasília, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB).

3 – ECODEBATE, (2012). *Carta dos Extrativistas e Agroextrativistas do Cerrado diante da grave situação desse bioma e seus povos*. Portal EcoDebate, 2012. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2012/02/13/carta-dos-extrativistas-e-agroextrativistas-do-cerrado-diante-da-grave-situacao-desse-bioma-e-seus-povos/>> Acesso em: 16/07/2018.

4 - MIRANDA, Roberto de Souza. *Ecologia Política da Soja e processos de territorialização no sul do Maranhão*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Centro de Humanidade, Universidade Federal de Campina Grande, 2011.

5 - Fábio Teixeira Pitta; Cássio Arruda Boechat; Maria Luísa Mendonça, 2017, "A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. In: estudos internacionais • Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v.5 n.2 (2017), p.155 – 179.

6 - Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018), *Imobiliárias Agrícolas Transnacionais e a especulação com terras na Região de MATOPIBA*, São Paulo: Editora Outras Expressões.

7 - DEVISATE, Rogerio Reis (2017). *Grilagem das Terras e da Soberania*. Rio de Janeiro: ImagemArtStudio. pp. p. 11

8 - REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2015.

9 - Rede Social, 2018:20.

Marcos Costa Lima é professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco.

Mídia Fora do Armário

Jornalismo e construções identitárias

Por Rui Caeiro



“Porque nunca me contas nada?”

“**U**ma coisa que percebi, trabalhando com pessoas LGBT ao longo dos anos, é que todas elas enfrentam, em algum momento, um denominador comum, que é a solidão.” A transcrita consideração é de Boris Dittrich, ex-parlamentar holandês que contribuiu de forma decisiva para a aprovação da primeira lei de casamento homossexual no mundo. A solidão a que o também ativista se refere não tem uma única face, não será igual ou universal para todos os sujeitos (diversos que também são, não reduzíveis à sua identidade de gênero e/ou sexual), mas parece, de fato, ser uma característica comum àqueles e àquelas que têm de chegar a um entendimento, consigo e com os outros, sobre a sua identidade dita desviante.

A solidão deve-se, muitas vezes, à necessidade que a pessoa LGBT sente de viver esse processo de (des)identificação sozinha, sem partilhar dúvidas e experiências com aqueles/as de quem cotidianamente ouve, mais do que estórias (ditas normais, apenas naturais), pe-

didados para partilhar o que vive e sente. Com a possibilidade de partilha, no entanto, também está presente, para a pessoa LGBT (generalizamos!), a possibilidade de rejeição, de violência, em maior ou menor grau, que desde cedo paira sobre quem não se adequa a uma sociedade heteronormativa, cisnormativa.

Na entrevista de onde retiramos o excerto inicial, Dittrich considera ainda que essa questão – a da solidão – é um grave problema de saúde pública que, historicamente, não foi priorizada na luta por direitos civis: “mesmo em países onde as leis e as políticas públicas funcionam bem, são muitos jovens LGBT que ainda enfrentam essa solidão e, por causa disso, chegam a cometer suicídio. É o caso da Holanda”. E não apenas da Holanda.

A que(m) serve o sofrimento?

A solidão, bem como os seus efeitos nefastos, quando ela é imposta ou não procurada de forma voluntária, tem origens, também, nas construções sociais do que é classificado como (a)normal. O isolamento social está diretamente relacionado à exclusão dos sujeitos quando estes não se adequam às normas que definem os limites do que é saudável ser, fazer, pensar, dizer. Enfim, em última instância,

a morte, tanto simbólica quanto física (a supressão da subjetividade e do corpo) está mais perto quando o indivíduo não encontra conexões reais com outras pessoas, quando se vê como um completo estranho no mundo, quando as (des)identificações são quase exclusivamente negativas. Apesar dos avanços nos últimos anos, principalmente nas artes, de mais (visíveis) produções midiáticas positivas, a população LGBT+ continua, em meu entender, a encontrar aí um dos principais obstáculos a uma vida digna. É a sub-representação e o isolamento social que continuam a empurrar, com pouca capacidade de resistência, para o abismo. Isso acontece principalmente para as pessoas que, devido a vários fatos (como a falta de cuidados médicos, falta de recursos econômicos e isolamento geográfico), se encontram nas margens mais distantes.

Um rápido exercício pode servir para exemplificar tal sub-representação: indo no motor de busca do google, aba 'notícias', basta pesquisar a palavra 'travesti' e consultar os materiais que surgem – dos 10 resultados na página inicial, 8 são notícias de morte e criminalidade. Um resultado semelhante, mas com menos intensidade, se procurarmos a palavra 'transsexual' – ainda que, numa rápida e superficial análise, seja possível perceber que o foco é ainda na transgressão e sofrimento (ora causado ora sofrido) por aquelas pessoas. Procurando outras palavras da sigla, os resultados vão variando (resultado também das diferentes realidades – na sua materialidade e idealização – que compõem essa “sopa de letras”), mas não deixa de chamar atenção que o sofrimento é uma constante. Ou, talvez mais acuradamente, que essas vidas, LGBT, existem quase-exclusivamente (no Jornalismo) como extensão (negativa), em função, do modelo, das vidas, heterocisnormativo/as. É, enfim, a agência, a ação, que é suprimida.

Outro exemplo: quando fiz minha pesquisa de mestrado, analisando os discursos jornalísticos sobre pessoas trans, perguntei a um dos editores entrevistados o porquê de, durante um ano, apenas uma notícia sobre travestilidade ter sido publicada. A resposta: o jornal não publicava mais casos de polícia. A referida notícia, claro, era sobre uma travesti em situação de criminalidade. Esse era, para o editor/jornal, o único espaço possível em que tais pessoas poderiam existir. Esse é o único espaço em que poderão existir para a maioria da sociedade, enfim, na sociedade. É com a

construção desses destinos que pessoas de gênero diverso também crescem e se constituem sujeitos. Felizmente, o jornalismo da grande mídia, tantas vezes submisso ao capital, não é o único ator na construção da realidade social. Ainda assim, é inegável a posição de destaque que ocupa, continua a exercer influência preponderante no que existe e como existe, no que pensamos e como pensamos, com quem dialogamos.

Neste texto não pretendo argumentar que a violência LGBTfóbica não existe, que os atos de violência devem ser ignorados. Pelo contrário. O que gostaria de deixar frisado é que o ato de construir uma imagem quase-única de marginalização e violência para um setor da população é, em si, um ato violento, que contribui para tal marginalização. De uma forma talvez demasiado simplista, mas que talvez alcance o resultado que pretendo: quem quer, ou aguenta, viver numa sociedade que a todo o momento reafirma que sexualidade e gênero – identidade – é um destino (violento, mortal)? Que mãos são essas que colocam os sujeitos (nas páginas de jornais, por exemplo) em posições que nos querem fazer crer que existem sem história, sem articulação, sem vida para além do que é, uma e outra vez, imposto como universal, natural (a contradição!)? Porque os olhares não vão além do sofrimento, porque não alcançam as formas de resistência, os movimentos que agem, que têm voz própria? Julgo que, mais do que retratar a realidade, é importante pensarmos (e aqui falo enquanto jornalista também) porque a retratamos, com que propósito e quais os seus possíveis efeitos. É importante falarmos do sofrimento, mas com que propósito e para quem? Talvez, enfim, para que a solidão possa ser ultrapassada, se deva romper o silenciamento. Não esperando que a população que insistentemente é empurrada para ela finalmente fale – ela sempre falou. Não esperemos confissões que saciem a curiosidade, responsabilizemo-nos pelos silêncios que cultivamos. ■

Assinada pelo jornalista Rui Caeiro, mestre em Comunicação pela UFPE, a coluna ambiciosa instigar reflexões que se debruçam sobre as relações que se estabelecem entre produção midiática/jornalística e a construção e vivência de identidades consideradas abjetas em nossa sociedade. O foco será, preferencialmente, em sexualidade e gênero.